

Um
mundo de
oportunidades

V.4 2026

AGRO INSIGHT



Institucional

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Presidente da República

CARLOS HENRIQUE BAQUETA FÁVARO

Ministro de Estado da Agricultura e Pecuária

IRAJÁ REZENDE DE LACERDA

Secretário-Executivo do Ministério da Agricultura e Pecuária

GUILHERME CAMPOS JÚNIOR

Secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura e Pecuária

CARLOS GOULART

Secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura e Pecuária

LUIS RUA

Secretário de Comércio e Relações Internacionais do Ministério da Agricultura e Pecuária

MARCELO NARVAES FIADEIRO

Secretário de Inovação, Desenvolvimento Sustentável, Irrigação e Cooperativismo do Ministério da Agricultura e Pecuária

CARLOS ERNESTO AUGUSTIN

Assessor Especial do Gabinete do Ministério da Agricultura e Pecuária

CARLA MADEIRA GONÇALVES SIMÕES DOS REIS

Chefe de Assessoria Especial de Comunicação Social do Ministério da Agricultura e Pecuária

Elaboração, distribuição, informações:

Ministério da Agricultura e Pecuária

Secretaria de Comércio e Relações Internacionais

Departamento de Promoção Comercial e Investimentos - DPR

Coordenação-Geral de Gestão dos Adidos Agrícolas

Endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco D - 3º andar, Sala 300

CEP: 70043-900 Brasília - DF

Tel.: (61) 3218-2821 e-mail: divulgacao.scri@agro.gov.br

Editorial:

Priscilla Burmann

João Huguenin

Coordenação:

Luís Rua

Augusto Billi

Carolina Eufemia Aquino de Sá

Ângela Pimenta Peres

Jennifer Santos Costa

Jennya Silva Brito

Equipe Técnica:

Rodrigo Lopes de Almeida

Eduardo Sampaio Marques

José Guilherme Tollstadius Leal

Caio César Simão

Luciana Pich Gomes

Juçara Aparecida André Dokonal

Eduardo Magalhães

Silvio Luiz Rodrigues Testaseca

Glauco Bertoldo

Nilton Antônio de Moraes

Alessandro Fidelis

Rodrigo do Espírito Santo Padovani

Leandro Diamantino Feijó

Jean Felipe Celestino Gouhie

Clóvis Augusto Versalli Serafini

Tiago Charão

Priscila Rech Pinto Moser

Rafael Mohana de Carvalho Refosco

Vanessa Medeiros de Jesus

Ana Lúcia de Paula Viana

Fabiana Villa Alves

Virgínia Arantes Ferreira Carpi

Roberto Carlos Papa

Carlos Turchetto

Fernanda Mascarenhas Magalhães

André Okubo

Dalci de Jesus Bagolin

Ellen Elizabeth Laurindo

Luna Lisboa

Frederique Abreu

Andréa Moura

Warley Campos

Márcio Rezende Evaristo Carlos

Marco Túlio Santiago

Luiz Cláudio de Santana e Caruso

Lucas Fiuza

Ana Carolina Miranda Lamy

Diego Leonardo Rodrigues

Marcelo Cláudio Pereira

Permitida a reprodução sem fins lucrativos, parcial ou total, por qualquer meio, se citada a fonte e o sítio da Internet onde pode ser encontrado o original (www.gov.br/agricultura).

Catálogo na Fonte

Biblioteca Nacional de Agricultura – BINAGRI

Resumo

O AgrolInsight nasce do compromisso do Ministério da Agricultura e Pecuária com o fortalecimento da presença do agronegócio brasileiro no mercado internacional.

Desenvolvido pela Secretaria de Comércio e Relações Internacionais (SCRI), com apoio dos adidos agrícolas presentes em 38 países, o material reúne análises estratégicas e oportunidades de negócios para produtores, exportadores e associações setoriais que buscam crescer de forma competitiva e sustentável.

Com base nas diretrizes do ministro Carlos Fávaro e sob a liderança do secretário Luis Rua, o AgrolInsight é resultado do esforço de uma equipe dedicada que acredita no potencial do Brasil como potência agroexportadora.

Este relatório é mais do que um compilado de dados — é uma ponte entre o agro brasileiro e o mundo.





TARIFAS DE 100% IMPOSTAS ÀS EXPORTAÇÕES/IMPORTAÇÕES ENTRE COLÔMBIA E EQUADOR: NOVA OPORTUNIDADE PARA PRODUTOS AGROPECUÁRIOS BRASILEIROS

Data: 13/04/2026

Posto: Bogotá/Colômbia

Palavras-chave: produtos agropecuários; exportações; incremento de comércio; alimentos de origem vegetal; alimentos de origem animal, comércio internacional; políticas tarifárias; impostos adicionais; Comunidade Andina

Responsável: Clóvis Augusto Versalli Serafini

SUMÁRIO:

A mais nova escalada da crise entre Colômbia e Equador levou à elevação de tarifas equatorianas e colombianas sobre produtos comercializados bilateralmente, que atingiram 100% nos últimos dias, sob alegações de segurança e desequilíbrio comercial. A nova medida agrava a deterioração de uma relação historicamente integrada. Autoridades colombianas reagiram duramente, indicando possíveis mudanças na política comercial, inclusive maior aproximação ao MERCOSUL. O comércio entre os dois países inclui produtos agropecuários relevantes, como açúcar, café, flores, óleo de palma, pescados, madeira, arroz e cacau. As novas tarifas tendem a desorganizar mais os fluxos comerciais e elevar custos, afetando cadeias regionais em ambos os lados. Nesse cenário, ampliam-se as oportunidades para exportadores brasileiros, especialmente no setor agropecuário. A conjuntura favorece o reposicionamento estratégico do Brasil como fornecedor alternativo na região andina.

O cenário observado em fevereiro de 2026 ganhou um novo e mais intenso capítulo, outra escalada de tensão nas relações bilaterais entre Colômbia e Equador. O retorno na deterioração desta relação bilateral assume contornos ainda mais complicados entre os dois países andinos. A relação histórica entre a Colômbia e o Equador não é recente, os dois países mantêm uma relação histórica profunda que remonta ao período da antiga Grã-Colômbia, projeto integrador idealizado por Simón Bolívar, que reuniu, entre 1819 e 1830, os territórios que hoje correspondem a ambos os países, além de outras nações da região. A separação do Equador, formalizada em 13 de maio de 1830, marcou o início da dissolução desse projeto político, impulsionada por tensões regionais, disputas sobre a organização do Estado e instabilidade econômica e institucional. Ainda assim, apesar do fim da unidade política, os vínculos históricos, culturais e geográficos permaneceram como base de uma relação duradoura entre as duas nações.

Esse legado histórico vinha sendo refletido, até hoje, na estreita cooperação entre Colômbia e Equador, especialmente no âmbito da integração andina, complementariedade e dos mecanismos técnicos regionais. A atuação conjunta em processos como a Análise de Risco Comunitário (ARC) evidencia a continuidade de uma agenda compartilhada, orientada pela confiança mútua, pela harmonização de normas e pelo fortalecimento do comércio seguro. Dessa forma, a relação bilateral transcende sua origem comum e vinha sendo considerada um exemplo de articulação regional consistente, até então, alinhada aos princípios de integração que, em sua essência, remontariam ao ideal bolivariano.



Elaborado por: Lucas Rosário Santos
Sistema de Coordenadas: WGS 84
Dados: IBGE. IG: @geografia.online

Entretanto nestes últimos meses a crise na relação bilateral vem chamando atenção das Américas. O Governo do Equador anunciou em fevereiro a adoção de uma medida tarifária extraordinária, denominada “taxa de segurança”, que consistia na aplicação de alíquota adicional de 30% sobre todas as importações originárias da Colômbia, percentual que semanas depois foi elevado aos 50% e agora, há poucos dias, chegou a patamar de 100%. Segundo pronunciamento oficial do Presidente equatoriano, as medidas fundamentam-se no agravamento da situação de segurança na região fronteiriça, especialmente no combate classificado como ineficiente ao narcotráfico e à mineração ilegal naquela zona.

Outro ponto utilizado pelo Equador para fundamentar a adoção da medida foi o desequilíbrio na balança comercial entre os dois países, que apresenta um déficit anual superior a US\$ 1 bilhão para o lado equatoriano, favorecendo a Colômbia. As novas tarifas entraram em vigor em 1º de maio de 2026 e fazem parte de um contexto mais amplo de deterioração das relações comerciais bilaterais.

Mantendo a intensidade das reações anteriores por parte do governo colombiano as imposições de tarifas extras e unilaterais pelo mandatário equatoriano, o presidente da Colômbia, Gustavo Petro, reagiu publicamente à decisão equatoriana de elevar para 100% a chamada “tarifa de segurança” sobre produtos colombianos, classificando a medida como “uma monstruosidade” e afirmando que ela representa, na prática, o fim do Pacto Andino para a Colômbia. Na mesma manifestação, o Presidente indicou ainda uma possível reorientação da política comercial do país, sugerindo que passaria a focar no processo de adesão ao MERCOSUL. No âmbito comercial, Petro anunciou, em tom de reciprocidade, a imposição da tarifa de 100% também aos produtos originários do Equador.

Em paralelo, a chanceler colombiana Rosa Villavicencio também se manifestou, destacando que o Equador, como país soberano, tem o direito de definir seu próprio caminho. No entanto, advertiu que um eventual rompimento com a Comunidade Andina representaria um enfraquecimento de décadas de integração regional que trouxeram benefícios concretos aos países membros da Comunidade Andina.

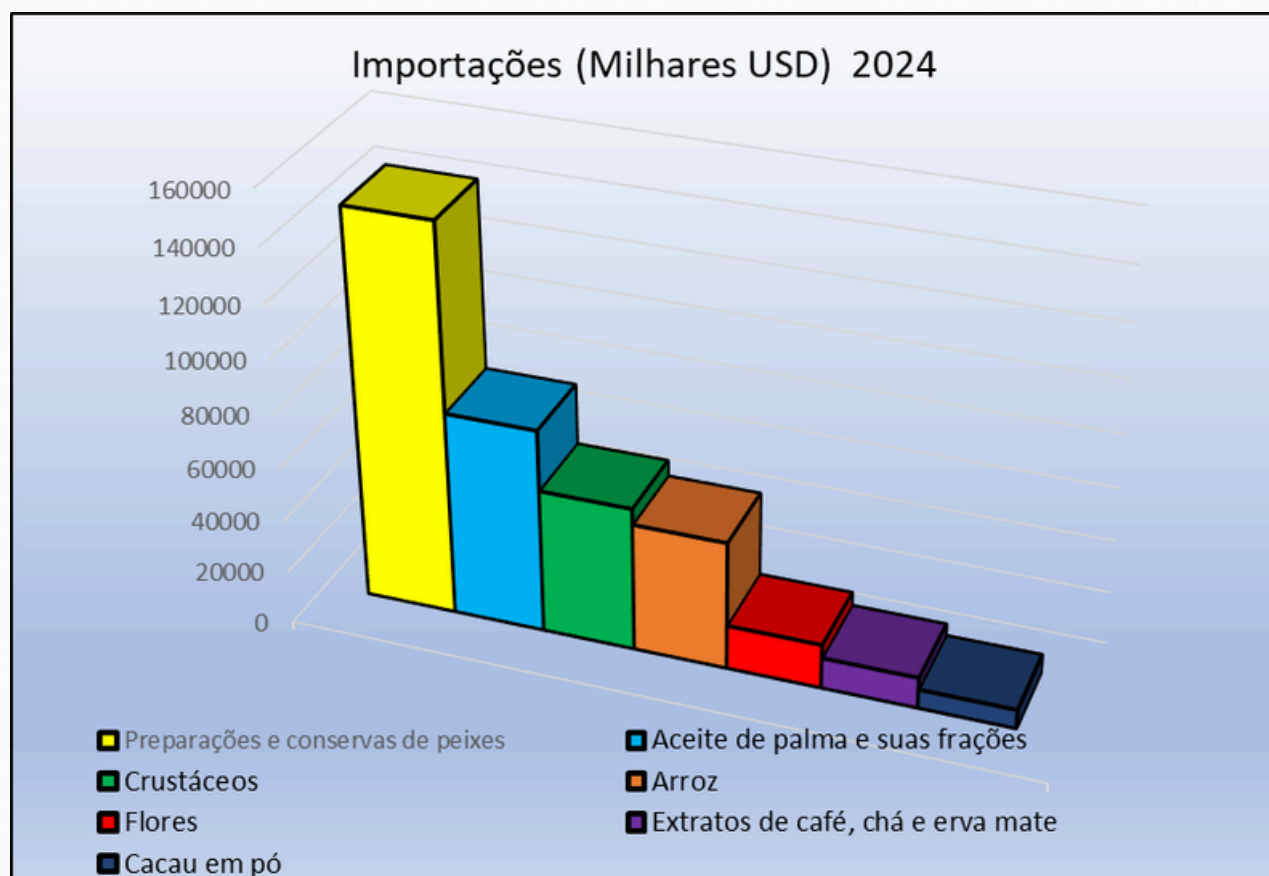
Embora as exportações colombianas sejam majoritariamente concentradas em combustíveis e produtos manufaturados, o setor agropecuário também possui relevância nesse fluxo comercial. Entre os principais itens agropecuários enviados ao Equador, destacam-se o açúcar (aprox. US\$ 36 milhões), o café não torrado (aprox. US\$ 29 milhões), além de flores, óleo de palma e frutas frescas.



No sentido oposto, as exportações equatorianas para a Colômbia, no segmento agropecuário, concentram-se principalmente em preparações de pescado e frutos do mar, incluindo produtos aquícolas, crustáceos e moluscos, que somam cerca de US\$ 203 milhões anuais. Também se destacam madeira e seus derivados (aprox. US\$ 98 milhões), gorduras e óleos vegetais (em torno de US\$ 96 milhões), arroz (cerca de US\$ 48 milhões), além de flores e cacau em pó. Esses dados demonstram a relevância estratégica do comércio agroalimentar entre os dois países, que vinha apresentando crescimento consistente nos últimos anos.

Diante da imposição de tarifas adicionais e da possível redução ou redirecionamento do comércio bilateral, abre-se uma janela de oportunidade para exportadores brasileiros, especialmente no setor agropecuário. A impactante elevação de custos decorrente das novas tarifas impostas levará importadores colombianos e equatorianos a buscarem fornecedores alternativos, com o objetivo de garantir abastecimento e competitividade.

Considerando que o Brasil já possui relações comerciais com ambos os mercados no setor agropecuário, uma eventual redução no intercâmbio entre Colômbia e Equador pode abrir espaço para a ampliação da presença brasileira nesses destinos. Esse cenário pode favorecer tanto a diversificação quanto o fortalecimento das exportações brasileiras para os dois países. No contexto dessas mudanças, e focando especificamente nas oportunidades relacionadas a alimentos e produtos de origem agropecuária destinados aos cerca de 52 milhões de consumidores colombianos, apresenta-se a seguir um gráfico, elaborado com base em dados de 2024 do governo colombiano, que ilustra a participação das principais categorias de alimentos originários do Equador e importados pela Colômbia:



Fonte: Elaboração própria com dados da Dirección de Impuestos e Aduanas Nacionales da Colômbia (DIAN)

A nova escalada na deterioração das relações comerciais entre Colômbia e Equador, observa-se que o cenário atual pode ampliar, de forma ainda mais significativa do que o já identificado há algumas semanas, as oportunidades para produtos brasileiros. O agravamento das medidas tarifárias tende a intensificar a desarticulação dos fluxos comerciais entre os dois países andinos, criando lacunas de oferta que poderão ser preenchidas por fornecedores alternativos, entre eles o Brasil.

A situação permite que se recomende que os setores exportadores brasileiros atuantes nas categorias potencialmente afetadas adotem uma postura proativa, avaliando o fortalecimento de estratégias de promoção comercial, a intensificação do relacionamento com importadores locais e a ampliação e adaptação de seus portfólios. A busca por maior competitividade e presença nesses mercados pode ser decisiva para aproveitar o momento de reconfiguração das cadeias de abastecimento regionais.

Assim, a conjuntura atual não apenas confirma, mas reforça a perspectiva de expansão da participação brasileira, tanto no mercado colombiano quanto, possivelmente, no equatoriano. A substituição parcial dos fluxos comerciais impactados pelas novas tarifas permitem o posicionamento estratégico do Brasil, contribuindo para o fortalecimento de sua inserção no comércio agroalimentar regional, em especial no provimento dos produtos referenciados nesta análise e que são mais fortemente impactados pela situação que se vive no momento entre os dois países.